

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Diretoria-Executiva · Coordenação-Geral de Governança e Estratégia

PROJETO ESTRATÉGICO · PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

Impacto Orçamentário PEC da Segurança Pública

Versão final · Brasília, novembro de 2026

Sumário

1 Sumário executivo 2
2 Contexto e justificativa 3
3 Objetivos e metas 4
4 Escopo 4
5 Premissas e restrições 5
6 Estrutura do projeto 7
7 Cronograma 8
8 Plano dos cursos de formação 8
9 Lotação do novo efetivo e delegacias multimodais 9
10 Orçamento estimado 12
11 Memória de cálculo (Ofício 434) 14
12 Impacto nos contratos e custos da PRF 16
13 Componente hidroviário e bases aéreas 17
14 Aviação operacional 18
15 Câmeras corporais 18
16 Tecnologia da informação e comunicações (DTIC) 19
17 Impactos nas capacitações da PRF 20
18 Conclusão 22

#INTERNO

1 Sumário executivo

A PEC nº 18/2025 promove uma redefinição histórica do papel da PRF: de polícia rodoviária, ela passa a força policial multimodal da União, com cinco novas competências constitucionais. Exercê-las sem desguarnecer as rodovias exige dobrar o efetivo, de 13 mil para 26 mil policiais, com impacto estimado de **R$ 7,3 bilhões nos três primeiros exercícios (2027–2029)**, R$ 4,1 bilhões em 2030 e despesa recorrente de **R$ 4,2 bilhões por ano** a partir de 2031, a preços de 2026.

R$ 7,3 bi	**R$ 4,2 bi**	**26 mil**	**9 ciclos**
impacto 2027–2029	por ano a partir de 2031	policiais no fim de 2030	de CFP, 13.650 matrículas

O desafio

A PEC acrescenta às atribuições da PRF o policiamento ostensivo de cerca de 30 mil km de ferrovias em operação e de mais de 20,4 mil km de vias navegáveis, além do apoio em calamidades públicas, da proteção de bens, serviços e instalações federais e do apoio cooperativo aos Estados e ao Distrito Federal. São territórios novos, de acesso difícil e com crimes próprios: roubo de cargas em trechos ferroviários isolados, furto de cabos e trilhos com risco de descarrilamento, pirataria e roubo de combustível nos rios da Amazônia, tráfico de drogas e apoio logístico ao garimpo ilegal.

A PRF tem hoje cerca de 13 mil policiais para mais de 75 mil km de rodovias federais, efetivo já inferior ao que a missão atual exige: acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda 18 mil policiais apenas para o policiamento rodoviário. Assumir as novas competências com o efetivo existente significaria retirar policiais das rodovias, por onde circulam cerca de 65% das cargas do país, e enfraquecer o combate ao crime nas estradas. A ampliação do efetivo é, portanto, condição para que a PEC produza efeito: sem ela, as novas competências existiriam no texto constitucional, mas não no território.

Por isso, a proposta amplia o efetivo em 13 mil policiais. Desses, 6.300 serão empregados diretamente no policiamento ferroviário e hidroviário, e os demais atuarão nas outras competências trazidas pela PEC: o apoio em calamidades públicas, a proteção de bens, serviços e instalações federais e o apoio cooperativo aos Estados e ao Distrito Federal. Todo o efetivo poderá ser mobilizado conforme a demanda, em qualquer dos modais ou das novas atribuições.

Por que o investimento se justifica

Onde a carga vai, o Estado precisa prover segurança. O custo logístico brasileiro equivale a 15,5% do PIB, e o Novo PAC destina R$ 149 bilhões a ferrovias, portos e hidrovias para levar carga do asfalto a esses modais. As perdas com crimes no transporte de cargas foram estimadas em R$ 1,2 bilhão em 2024; nas hidrovias, o roubo de combustível somou R$ 48 milhões entre 2020 e 2023, e as bases fluviais já instaladas no Pará reduziram a pirataria em 55%. O orçamento proposto protege esse investimento público, a economia e cerca de 30 milhões de passageiros por ano em hidrovias e travessias federais.

O orçamento cobre o que a PEC exige, e só isso. Este projeto fundamenta a resposta da PRF ao Ofício Circular nº 434/2026/SE/MJ e, seguindo o seu critério, inclui apenas despesas que decorrem diretamente da PEC: a reposição de vacâncias e o custo do efetivo atual ficam de fora. Os valores

#INTERNO

reúnem o concurso público e a formação de 13 mil novos policiais em nove ciclos do Curso de Formação Policial (CFP), de 2028 a 2030, na Academia Nacional da PRF (ANPRF) e em um Segundo Polo; a absorção do novo efetivo pelos contratos e pela estrutura da PRF; a implantação de 14 bases fluviais (7 fixas e 7 móveis) e de 5 bases aéreas; a recomposição da aviação operacional, com a recuperação de 3 aeronaves; as câmeras corporais; a tecnologia da informação e comunicações; a IFR; e as diárias e passagens da Corregedoria-Geral. A inteligência integra esses componentes de forma transversal, com meios próprios, operações, capacitação e proteção das informações.

Capacidade de execução

A PRF tem capacidade para implementar o projeto proposto. O Plano CFP organiza a formação dos 13 mil novos policiais em nove ciclos, na ANPRF e no Segundo Polo, com até 4.800 formados por ano, e leva o efetivo a 26 mil no fim de 2030. As compras de equipamentos, viaturas e obras de cada turma são planejadas para o ano anterior à posse, e a estrutura de gestão do Projeto Estratégico PEC da Segurança Pública coordena a execução entre as diretorias.

2 Contexto e justificativa

A PEC nº 18/2025 amplia as competências da PRF, que passa a poder atuar também em ferrovias e hidrovias federais. A Câmara aprovou o texto em segundo turno e manteve o nome PRF. A CCJ do Senado concluiu a votação em 14/10/2026; a votação em plenário e a promulgação ainda precisam ser confirmadas.

Hoje a PRF opera com cerca de 13 mil policiais em mais de 75 mil km de rodovias federais. Assumir novos modais sem ampliar o efetivo deslocaria policiais das rodovias, reduzindo a cobertura atual. Por isso, a meta de dobrar o efetivo é a base de dimensionamento deste projeto.

O projeto integra o Projeto Estratégico PEC da Segurança Pública (Portaria DG/PRF nº 691/2026), em especial os eixos de estrutura organizacional, gestão de pessoas, formação e logística.

A ampliação territorial e a atuação em novos modais exigem capacidade adicional de inteligência para produzir conhecimento sobre ameaças, apoiar o planejamento e o emprego do efetivo e proteger pessoas, instalações e informações. O dimensionamento deve distinguir as necessidades decorrentes da PEC das demandas anteriores da área.

A demanda do MJSP

Em 28/10/2026, a Secretaria-Executiva do MJSP solicitou à PF, à PRF, à Senasp e à Senappen um estudo de impacto orçamentário e financeiro da PEC (Ofício Circular nº 434/2026/SE/MJ, processo SEI 08004.001222/2026-69), com prazo até 4 de novembro de 2026. Para a PRF, o Ofício aponta a atuação em rodovias, ferrovias e hidrovias federais.

- A memória de cálculo deve informar o dispositivo da PEC que origina a despesa, a natureza (pessoal, custeio ou investimento), os parâmetros e valores e o impacto anual nos três primeiros exercícios de vigência.
- Só entram despesas que decorram diretamente da PEC; necessidades já existentes, ou que seriam atendidas sem a PEC, ficam de fora (item 4).
- Se a unidade entender que não há impacto, deve justificar (item 8).

#INTERNO

3 Objetivos e metas

Objetivo geral: dotar a PRF de efetivo, formação, meios e estrutura para exercer as competências ampliadas pela PEC nº 18/2025 sem reduzir o policiamento rodoviário atual.

Objetivos específicos

1. **Ferrovias federais:** implantar o policiamento ostensivo das ferrovias federais, com delegacias multimodais e atuação integrada às concessionárias e à ANTT, para proteger cargas, passageiros e a infraestrutura ferroviária.
2. **Hidrovias federais:** implantar o policiamento ostensivo das hidrovias federais, com 14 bases fluviais apoiadas por 5 bases aéreas, para combater a pirataria, o tráfico e os crimes ambientais e proteger passageiros e embarcações.
3. **Calamidades públicas:** estruturar a PRF para apoiar a resposta a calamidades públicas, com meios aéreos, embarcações e equipes capazes de garantir rotas, escoltas e acesso a áreas isoladas.
4. **Bens, serviços e instalações federais:** preparar equipes para a proteção de bens, serviços e instalações federais, inclusive infraestruturas críticas, quando autorizado o emprego.
5. **Apoio aos Estados e ao Distrito Federal:** constituir grupamentos de pronto emprego para o apoio cooperativo aos Estados e ao Distrito Federal, mediante pedido formal, com prazo e área definidos.
6. **Fortalecimento do policiamento de fronteira:** intensificar o policiamento ostensivo nas rodovias, ferrovias e hidrovias federais da faixa de fronteira, integrado ao Programa Nacional Fronteira Segura (PNFS), às Forças Armadas e aos órgãos de segurança e fiscalização, para combater o tráfico de drogas e armas, o contrabando, o descaminho e os crimes ambientais nos corredores logísticos de entrada no país.

Tabela 1 – Metas do projeto

Meta	Indicador	Valor-alvo	Prazo
Ampliar o efetivo policial	Policiais em exercício	26.000	Fim de 2030 (Plano CFP); cerca de 22,1 mil no fim de 2029
Formar os novos policiais	Policiais formados no CFP	13.000 (13.650 matrículas)	9 ciclos, de jan/2028 a dez/2030
Equipar o novo efetivo	Policiais com kit individual completo na posse	100%	A cada posse
Ampliar a frota	Viaturas adicionais em operação	2.167	Fim de 2030
Implantar o policiamento hidroviário	Bases fluviais em operação	14 (7 fixas e 7 móveis)	13 até 2029; a última em 2030
Implantar bases aéreas	Bases com 2 aeronaves, hangar, caminhão tanque e tripulação	5	4 até 2029; a última em 2030
Ampliar a capacidade de inteligência	Unidades atendidas, meios disponíveis e efetivo especializado capacitado	Atender 100% das necessidades incrementais aprovadas; quantitativos a validar	Planejamento em 2027; implantação de 2028 a 2030
Garantir os recursos	Dotação aprovada (LOA e PPA 2028–2031)	R$ 7,3 bi em 2027–2029 e R$ 4,1 bi em 2030	Ciclos orçamentários de 2027 a 2029

#INTERNO

4 Escopo

O projeto cobre o ciclo completo do novo policial, do pedido de autorização do concurso até a lotação e o custeio recorrente, além das bases fluviais e aéreas.

Inclui

- Concurso público (contratação da banca organizadora), nove ciclos do Curso de Formação Policial (CFP) na ANPRF e no Segundo Polo e posse de 13 mil novos policiais.
- Folha, encargos patronais e benefícios dos novos policiais.
- Equipamento individual, viaturas e ampliação de unidades.
- Câmeras corporais para o efetivo ampliado e para as viaturas.
- Indenização pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado (IFR), de R$ 20 milhões por ano a partir de 2028.
- Diárias e passagens aéreas da Corregedoria-Geral, de R$ 1,7 milhão por ano a partir de 2028.
- Aumento dos contratos de custeio (frota, imóveis e operação) e de tecnologia da informação e comunicações, conforme o orçamento da DTIC.
- Ampliação do quadro de instrutores e logística do curso de formação.
- Plano de capacitações de gestão, contratações e apoio decorrente da ampliação do quadro.
- Implantação de 14 bases fluviais (7 fixas e 7 móveis), com estrutura de canil nas 7 fixas, e de 5 bases aéreas com 2 aeronaves cada, com embarcações, aeronaves, equipamentos e custeio.
- Aviação operacional: recuperação de 3 aeronaves, horas de voo e treinamento de 60 pilotos.
- Inteligência: aquisição de equipamentos e soluções; acesso contratado a dados e conhecimentos de inteligência, quando cabível; custeio de operações; capacitação do efetivo especializado; estrutura segura de trabalho e medidas de contrainteligência vinculadas à expansão.

Não inclui

- O custo do efetivo atual, de inativos e de pensionistas.
- A reposição de vacâncias e o déficit atual de efetivo, que não decorrem da PEC (Ofício 434, item 4).
- Os pontos ainda em verificação (cinotecnia além dos canis das bases fixas, controle de distúrbios e IPAP), listados na seção própria.
- Agentes administrativos do PECPRF; recomenda-se dimensionar essa demanda em projeto complementar.
- O policiamento ferroviário, que depende de estudo específico de malha e demanda.
- A adequação do Segundo Polo e a lotação do núcleo docente dedicado, ainda não estimadas.
- Reajustes remuneratórios gerais após 2026.

5 Premissas e restrições

As premissas abaixo sustentam o orçamento. As marcadas como estimativa devem ser substituídas por dados do SIOP e dos contratos vigentes antes do uso oficial.

#INTERNO

Tabela 2 – Premissas do modelo orçamentário

Premissa	Valor	Origem
Subsídio inicial (3ª Classe, Padrão I)	R$ 12.253,84/mês	Lei 14.875/2024, vigente desde maio/2026
Remuneração anual	13,33 subsídios (13º e 1/3 de férias)	Cálculo
Progressão	3% ao ano	Diferença entre os padrões I e II da 3ª Classe (proposta de Lei Orgânica)
Contribuição patronal	2× a contribuição do servidor até o teto do RGPS (R$ 8.475,55) + 8,5% de Funpresp acima do teto	Lei 10.887/2004 e previdência complementar
Benefícios	Auxílio-alimentação R$ 1.192 + saúde R$ 250/mês	Valor divulgado; saúde é estimativa
Curso de formação (CFP)	Matriz do CFP 2025 (504 h); ciclos de 15 semanas; ANPRF 600 e Segundo Polo 1.000 alunos por ciclo; 3 janelas por ano	Plano CFP (nov/2026), com base no CFP 2025
Custo do CFP por aluno	R$ 50,1 mil na ANPRF e R$ 48,4 mil no Segundo Polo: GECC, diárias de instrutores (R$ 425 e R$ 380), passagens, auxílio de R$ 18,2 mil e outras despesas	Execução do CFP 2025 (R$ 26,9 mi para 620 alunos)
Ingresso	13.650 matrículas (margem de 5%) e 13.000 posses, em maio, setembro e dezembro de 2028 a 2030	Plano CFP
Custeio recorrente	R$ 56,3 mil por policial-ano (sem TIC)	Detalhado por contrato (revisão de nov/2026)
Câmeras corporais	R$ 600 por policial por mês (efetivo ampliado) e R$ 21 mil por viatura por ano, 3.000 viaturas a partir de 2028	Informado pela DIREX (nov/2026)
IFR	R$ 20 milhões por ano a partir de 2028 (Indenização pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado)	Informado pela DIREX (nov/2026)
Corregedoria-Geral	Diárias e passagens aéreas de R$ 1.714.000 por ano a partir de 2028	Informado pela Corregedoria-Geral (nov/2026)
Bases fluviais e aéreas	14 bases fluviais (7 fixas de R$ 14 mi, dos quais R$ 1 mi de canil, e 7 móveis de R$ 15 mi), com 60 policiais por base fixa e 80 por móvel; canil nas 7 bases fixas (R$ 1 mi de investimento, já contido no custo da base, e R$ 200 mil por ano de custeio a partir de 2028); 5 bases aéreas de R$ 197,5 mi (2 Bell 412, hangar, caminhão tanque e equipamentos)	DIOP (nov/2026); canil e ajuste do dólar por decisão da CGGE
Tecnologia da informação e comunicações	Orçamento da DTIC por exercício, de 2027 a 2029 (R$ 614,7 milhões), considerado como um todo; 2026 só como referência; custeio de 2030–2031 no patamar de 2029	Orçamento DTIC 2026 — Gabinete (nov/2026)
Custo de entrada por novo policial	R$ 116,2 mil de investimento (equipamento permanente, obra e viatura) e R$ 16,4 mil de custeio (kit de entrada e munição do CFP), no ano anterior à posse	Detalhado (estimativa)
Reajuste geral	0% a partir de 2027	Valores a preços de 2026

#INTERNO

Premissa	Valor	Origem
Inteligência (DINT)	A partir de 2028, R$ 17 milhões por ano até 2030; custo por agente de inteligência de R$ 39 mil	Formação do agente de inteligência (DINT)
Aviação operacional	Recuperação de 3 aeronaves (R$ 18 mi cada) em 2027; 800 h de voo em 2027 e 1.200 h por ano depois, a R$ 13 mil por hora; 60 pilotos a R$ 400 mil	Estimativa da área de aviação (nov/2026)
Reposição de vacâncias	350 por ano, excluída do estudo	Ofício 434, item 4; mantida na planilha só para visão gerencial
Vigência da PEC	A partir de 2027	Premissa; os três exercícios se deslocam se a promulgação atrasar. 2031 é o primeiro ano em regime pleno

Restrições legais e fiscais

- Provimento exige prévia dotação e autorização no Anexo V da LOA (CF, art. 169, §1º).
- A expansão é despesa obrigatória de caráter continuado (LRF, arts. 16 e 17) e está sujeita aos limites da LC 200/2023.
- Edital em até 6 meses da autorização e intervalo mínimo de 4 meses até a primeira prova, salvo redução por portaria (Decreto 9.739/2019).
- Acréscimos contratuais limitados a 25% (Lei 14.133/2021, art. 125); acima disso, nova licitação.
- Gratificação por encargo de curso limitada a 120 horas por ano, mais 120 horas em caso excepcional (Lei 8.112/1990, art. 76-A).

6 Estrutura do projeto

O projeto se organiza em cinco frentes de trabalho sob a gerência da DIREX/CGGE. Cada frente tem uma área líder sugerida e entregas que alimentam o cronograma e o orçamento. A inteligência atuará em paralelo às cinco frentes, como componente transversal com entregas, orçamento e responsável próprios, articulado à gestão de pessoas, formação, logística, tecnologia e operação.

#INTERNO

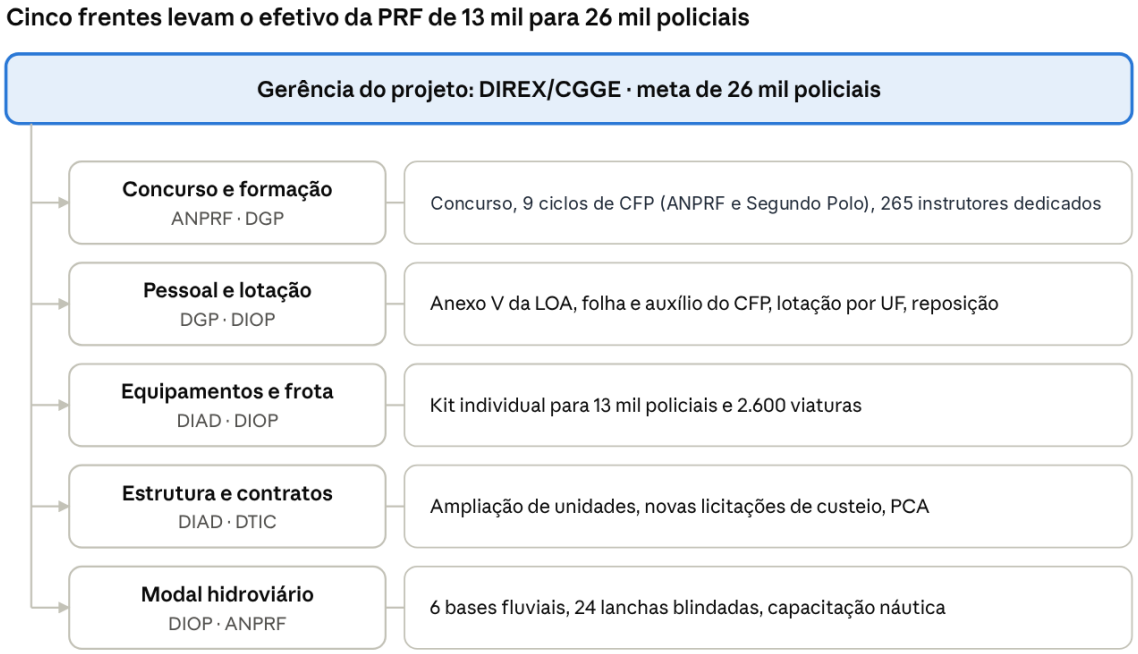


Figura 1 – Estrutura do projeto em cinco frentes de trabalho

7 Cronograma

Com autorização em janeiro de 2027, as etapas do concurso terminam em setembro de 2027 no cenário comprimido, que repete o ritmo de 2021, e em meados de fevereiro de 2028 no cenário de referência. Para o 1º ciclo começar em 17/01/2028 no cenário de referência, a autorização teria de sair em dezembro de 2026.

A contratação da banca organizadora está estimada em R$ 108,5 milhões, projetados a partir do concurso de 2021 para 400 mil inscritos e 52 mil candidatos convocados para as fases seguintes (4 por vaga): R$ 101,1 milhões para a 1ª etapa, em 2027, e R$ 7,4 milhões de assessoria técnica aos ciclos do CFP, de 2028 a 2030. A arrecadação com a taxa de inscrição (cerca de R$ 85 milhões, descontadas as isenções) é receita do Tesouro e não foi abatida da estimativa.

#INTERNO

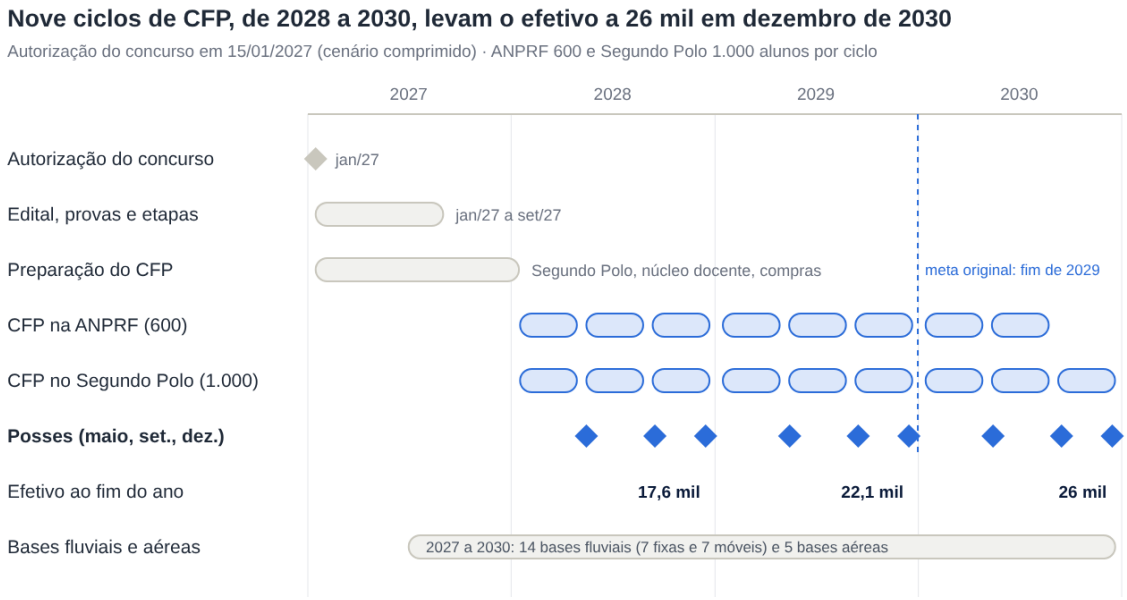


Figura 2 – Linha do tempo do concurso, dos ciclos de formação e das bases fluviais e aéreas (Plano CFP)

Cronograma da inteligência: em 2027, concluir diagnóstico, dimensionamento, especificações, estimativas e capacitação inicial, além de prever o apoio às operações anteriores às posses. De 2028 a 2030, formar os novos agentes de inteligência, implantar os meios e ampliar as equipes conforme os ciclos de lotação e a ativação das bases. A partir de 2031, manter custeio, atualização tecnológica e capacitação continuada.

8 Plano dos cursos de formação

A ANPRF (600 alunos por ciclo) e o Segundo Polo (1.000 alunos por ciclo, local a definir) funcionam em paralelo, em três janelas de 15 semanas por ano: janeiro a abril, maio a agosto e setembro a dezembro. São 9 janelas e 13.650 matrículas de 2028 a 2030. As posses ocorrem em maio, setembro e dezembro.

Tabela 3 – Plano CFP por ano

Ano	Ciclos	Matrículas	Posses	Custo do CFP (R$ mi)	Efetivo ao fim do ano
2028	3 na ANPRF + 3 no Segundo Polo	4.800	4.571	235,4	17.571
2029	3 na ANPRF + 3 no Segundo Polo	4.800	4.571	235,4	22.143
2030	2 na ANPRF + 3 no Segundo Polo (o último com 850)	4.050	3.857	198,1	26.000
Total	**17 ciclos**	**13.650**	**13.000**	**668,9**	

Custo a preços do CFP 2025. Fonte: Planejamento dos Cursos de Formação Policial — 13 mil alunos e planilha, aba Plano CFP.

O plano mantém a matriz do CFP 2025 (27 disciplinas, 504 h) e usa como referência a execução daquele curso: 620 alunos, cerca de 410 servidores mobilizados e R$ 26,9 milhões executados. Os pontos que definem a viabilidade são:

#INTERNO

- **Segundo Polo:** um local para 1.000 alunos por ciclo, com cerca de 34 salas, estande, pista e contratos dimensionados para o pico, pronto antes de janeiro de 2028.
- **Núcleo docente dedicado:** cerca de 265 instrutores (100 na ANPRF e 165 no Segundo Polo) e 125 servidores de coordenação e apoio, porque o teto de GECC (120 h por ano, até 240 h em caráter excepcional) não comporta cerca de 2.300 instrutores diferentes por ano.
- **Munição e armamento:** cerca de 1,45 milhão de cartuchos por janela e 12,4 milhões no programa, com compras iniciadas em 2026 ou no início de 2027.
- **Meta de 2029:** com dois locais, o efetivo chega a 26 mil no fim de 2030. Fechar em 2029 exigiria um terceiro local, de cerca de 700 alunos por ciclo.

Na formação inicial, a área de inteligência e a ANPRF deverão avaliar a adequação dos conteúdos de inteligência e contrainteligência às novas competências. A especialização dos policiais destinados à inteligência será planejada em trilha própria, com carga horária, instrutores e vagas a detalhar e custo coberto pela linha de formação de agentes de inteligência (R$ 17 milhões por ano de 2028 a 2030), sem presumir que o CFP substitui essa formação.

9 Lotação do novo efetivo e delegacias multimodais

> Proposta de distribuição dos 13 mil novos policiais: cerca de metade vai diretamente para as novas competências, nas 28 delegacias multimodais, nas bases fluviais e aéreas, no emprego autorizado e na inteligência; a outra metade recompõe o policiamento rodoviário.

A estrutura proposta (Portaria de estrutura, out/2026) tem 159 delegacias, das quais 28 passam a ser multimodais: 16 ferroviárias, 10 hidroviárias e 2 ferroviárias e hidroviárias (Porto Alegre e Palmas). São 24 delegacias convertidas e 4 novas (Santos, Belém, Juazeiro e Cruzeiro do Sul). Cada delegacia multimodal tem núcleos de policiamento rodoviário, de policiamento multimodal, de inteligência e de logística.

Critérios da proposta

- **Delegacia multimodal:** módulo com núcleo multimodal em regime de 24 horas, além do reforço de inteligência e logística. Ferroviária: 140 policiais (120 no policiamento multimodal, 15 na inteligência e 5 na logística). Hidroviária: 120 (100, 15 e 5), sem contar as bases fluviais. Ferroviária e hidroviária: 210 (180, 20 e 10).
- **Bases fluviais:** 60 policiais por base fixa e 80 por base móvel, conforme a DIOP (14 bases, 980 policiais).
- **Bases aéreas:** 12 tripulantes por base (5 bases, 60 policiais).
- **Emprego autorizado (§ 2º-A):** 5 grupamentos regionais de pronto emprego, com 200 policiais cada, em Manaus, Recife, Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba.
- **Inteligência regional e central:** 10 policiais por superintendência e 130 na DINT, além dos 15 a 20 de cada delegacia multimodal.
- **Policiamento rodoviário:** o restante, 6.700 policiais, distribuído entre as UFs na proporção da extensão da malha rodoviária federal, até que o estudo de dimensionamento de unidades indique a demanda de cada delegacia.

#INTERNO

Tabela 4 – Distribuição dos 13 mil novos policiais por destinação

Destinação	Policiais	% do total	Competência da PEC
Delegacias multimodais (28)	3.860	29,7%	Ferrovias e hidrovias (§ 2º)
Bases fluviais (14)	980	7,5%	Hidrovias (§ 2º)
Bases aéreas (5)	60	0,5%	Apoio às novas competências
Grupamentos de pronto emprego (5)	1.000	7,7%	Emprego autorizado (§ 2º-A)
Inteligência regional e central	400	3,1%	Transversal
Subtotal: novas competências	**6.300**	**48,5%**	
Policiamento rodoviário	6.700	51,5%	Recomposição das rodovias
Total	**13.000**	**100%**	

A recomposição do policiamento rodoviário precisa ser justificada diante do item 4 do Ofício 434: as novas competências retiram das rodovias policiais experientes, que passam a chefiar e formar as novas equipes, e o rodoviário não pode ser esvaziado. A parcela que corresponder a déficit anterior à PEC deve ser excluída.

Mobilização conforme a demanda: a distribuição destina parte do efetivo especificamente às novas competências constitucionais, mas não cria quadros estanques. O efetivo da PRF, inclusive o lotado no policiamento rodoviário, será mobilizado conforme a demanda: operações em ferrovias e hidrovias, emprego autorizado em apoio aos Estados e ao DF, calamidades e proteção de bens e instalações federais. A lotação define a base permanente de cada unidade; o emprego segue o planejamento operacional e a necessidade de cada momento.

Tabela 5 – Delegacias multimodais e efetivo proposto

Sigla	Município	UF	Tipo	Situação	Policiais
DEL01/AL	Rio Largo	AL	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/CE	Caucaia	CE	Ferroviária	Alterada	140
DEL03/DF	Recanto das Emas (RA do DF)	DF	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/ES	Cariacica	ES	Ferroviária	Alterada	140
DEL02/GO	Anápolis	GO	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/MA	São Luís	MA	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/MG	Belo Horizonte	MG	Ferroviária	Alterada	140
DEL02/MT	Rondonópolis	MT	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/PB	João Pessoa	PB	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/PE	Recife	PE	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/PR	Curitiba	PR	Ferroviária	Alterada	140
DEL03/RJ	Itaguaí	RJ	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/RN	Macaíba	RN	Ferroviária	Alterada	140
DEL03/SC	Joinville	SC	Ferroviária	Alterada	140
DEL01/SE	Nossa Senhora do Socorro	SE	Ferroviária	Alterada	140
DEL10/SP	Santos	SP	Ferroviária	Nova	140

#INTERNO

Sigla	Município	UF	Tipo	Situação	Policiais
DEL02/AC	Cruzeiro do Sul	AC	Hidroviária	Nova	120
DEL01/AM	Manaus	AM	Hidroviária	Alterada	120
DEL01/AP	Macapá	AP	Hidroviária	Alterada	120
DEL12/BA	Juazeiro	BA	Hidroviária	Nova	120
DEL03/MS	Corumbá	MS	Hidroviária	Alterada	120
DEL05/PA	Santarém	PA	Hidroviária	Alterada	120
DEL07/PA	Belém	PA	Hidroviária	Nova	120
DEL01/PI	Teresina	PI	Hidroviária	Alterada	120
DEL01/RO	Porto Velho	RO	Hidroviária	Alterada	120
DEL01/RR	Boa Vista	RR	Hidroviária	Alterada	120
DEL01/RS	Porto Alegre	RS	Ferroviária e hidroviária	Alterada	210
DEL01/TO	Palmas	TO	Ferroviária e hidroviária	Alterada	210
Total	**28 delegacias**				**3.860**

Tabela 6 – Distribuição proposta por UF

UF	Delegacia multimodal	Bases fluviais e aéreas	Pronto emprego	Inteligência	Policiamento rodoviário	Total
MG	140	–	–	10	732	882
PA	240	152	–	10	433	835
PR	140	132	200	10	338	820
BA	120	–	–	10	672	802
RS	210	–	–	10	517	737
AM	120	152	200	10	208	690
MT	140	60	–	10	449	659
PE	140	60	200	10	203	613
MS	120	80	–	10	374	584
TO	210	80	–	10	207	507
DF	140	–	200	140	20	500
RJ	140	–	200	10	139	489
GO	140	–	–	10	335	485
MA	140	–	–	10	320	470
RO	120	72	–	10	182	384
PI	120	–	–	10	239	369
SC	140	–	–	10	214	364
CE	140	–	–	10	207	357
SP	140	80	–	10	94	324
AC	120	80	–	10	107	317
RN	140	–	–	10	153	303
AP	120	80	–	10	90	300

#INTERNO

UF	Delegacia multimodal	Bases fluviais e aéreas	Pronto emprego	Inteligência	Policiamento rodoviário	Total
RR	120	12	–	10	142	284
PB	140	–	–	10	117	267
AL	140	–	–	10	89	239
ES	140	–	–	10	87	237
SE	140	–	–	10	32	182
Total	**3.860**	**1.040**	**1.000**	**400**	**6.700**	**13.000**

Macapá foi atribuída ao AP; as bases aéreas RO/AC e PR/MS foram atribuídas a RO e ao PR. A extensão da malha rodoviária federal por UF foi calculada a partir do mapa das delegacias (SNV/DNIT) e serve só de aproximação.

Sequência de lotação

Ano	Posses	Destinação prioritária
2028	4.571	Bases fluviais e aéreas (1.040), que em 2027 operam com policiais atuais remanejados; inteligência (400); e 3.131 policiais para os núcleos das delegacias multimodais (81% do módulo)
2029	4.571	Complemento das delegacias multimodais (729); grupamentos de pronto emprego (1.000); e 2.842 policiais para o policiamento rodoviário
2030	3.858	Policiamento rodoviário (3.858), devolvendo às rodovias o efetivo remanejado para as novas frentes
Total	**13.000**	

A sequência dá prioridade às novas competências, que precisam operar logo após a promulgação, e devolve o efetivo ao rodoviário nos ciclos finais. Se a DIOP preferir proteger o rodoviário desde o início, a alternativa é dividir cada ciclo na proporção da tabela de destinação (cerca de 48% para as novas competências e 52% para o rodoviário).

A proposta deve ser validada pela DIOP e pela DGP. A estimativa de inteligência da DINT prevê cerca de 1.300 agentes formados até 2030; a parte que exceder os 400 policiais desta proposta e os núcleos das multimodais precisa sair da parcela rodoviária ou de remanejamento interno.

10 Orçamento estimado

O impacto estimado é de R$ 7,30 bilhões nos três primeiros exercícios (2027 a 2029), dos quais 21% são pessoal, e de R$ 4,07 bilhões em 2030, ano das últimas posses. A partir de 2031 restam R$ 4,23 bilhões por ano de despesa recorrente. As duas tabelas a seguir agrupam os valores pelas naturezas pedidas no Ofício 434 e detalham as categorias.

Inteligência: os valores da DINT (custeio das operações, equipamentos e infraestrutura permanente e formação de agentes) estão incorporados ao total, somando R$ 122,0 milhões no triênio. A folha dos policiais lotados na inteligência permanece na rubrica geral de pessoal, sem nova contagem.

#INTERNO

Tabela 7 – Impacto por natureza da despesa (R$ milhões, preços de 2026)

Natureza	2027	2028	2029	Total 2027–2029	2030	Recorrente (2031)
Pessoal (GND 1)	–	319,0	1.226,7	1.545,7	2.147,9	2.657,0
Custeio (GND 3)	447,4	809,0	1.223,3	2.479,7	1.580,6	1.546,3
Investimento (GND 4)	1.178,7	1.120,6	970,9	3.270,2	343,0	25,1
Total	**1.626,1**	**2.248,6**	**3.420,9**	**7.295,6**	**4.071,5**	**4.228,4**

Benefícios (alimentação e saúde), o custo do CFP, a banca do concurso, o kit de entrada e a munição estão em custeio, como outras despesas correntes. Diferenças de 0,1 por arredondamento.

Tabela 8 – Impacto por categoria de despesa (R$ milhões, preços de 2026)

Categoria (GND)	2027	2028	2029	Total 2027–2029	2030	Recorrente (2031)
Pessoal: remuneração (GND 1)	–	269,7	1.039,0	1.308,7	1.821,7	2.257,6
Pessoal: contribuição patronal (GND 1)	–	49,3	187,7	237,0	326,2	399,3
Benefícios obrigatórios (GND 3)	–	28,6	107,7	136,2	185,7	225,0
Formação: Curso de Formação Policial (GND 3)	–	235,4	235,4	470,8	198,1	–
Concurso público: contratação da banca organizadora (GND 3)	101,1	2,6	2,6	106,3	2,2	–
Kit de entrada e munição do CFP: material de consumo (GND 3)	74,9	74,9	63,2	213,0	–	–
Custeio operacional dos contratos (GND 3)	–	92,9	350,2	443,2	604,2	731,8
Investimento: equipamento permanente, viaturas e infraestrutura (GND 4)	531,4	531,4	448,3	1.511,0	–	–
Modal hidroviário e bases aéreas: custeio (GND 3)	53,5	75,3	126,2	255,0	218,9	218,9
Modal hidroviário e bases aéreas: investimento (GND 4)	566,1	520,0	445,8	1.531,9	317,9	–
Aviação operacional: recuperação, horas de voo e pilotos (GND 3)	76,4	27,6	15,6	119,6	15,6	15,6
Câmeras corporais: efetivo ampliado e viaturas (GND 3)	–	74,9	107,8	182,7	140,3	156,6
IFR: flexibilização voluntária do repouso remunerado (GND 3)	–	20,0	20,0	40,0	20,0	20,0
Corregedoria-Geral: diárias e passagens aéreas (GND 3)	–	1,7	1,7	3,4	1,7	1,7
Tecnologia da informação e comunicações (DTIC): custeio (GND 3)	136,2	151,7	166,7	454,5	166,7	166,7
Tecnologia da informação e comunicações (DTIC): investimento (GND 4)	61,1	47,0	52,2	160,2	–	–

#INTERNO

Categoria (GND)	2027	2028	2029	Total 2027–2029	2030	Recorrente (2031)
Inteligência: operações e serviços, dados, licenças e capacitação (GND 3)	5,4	6,4	9,1	20,9	10,1	10,1
Inteligência: equipamentos e infraestrutura permanente (GND 4)	20,2	22,3	24,6	67,1	25,1	25,1
Inteligência: formação de agentes (GND 3)	–	17,0	17,0	34,0	17,0	–
Total	**1.626,1**	**2.248,6**	**3.420,9**	**7.295,6**	**4.071,5**	**4.228,4**

Posses pelo Plano CFP, de maio de 2028 a dezembro de 2030. Valores incrementais, sem o efetivo atual e sem a reposição de vacâncias. Fonte: planilha estimativa_orcamento_efetivo_PRF.xlsx, abas Resumo, Plano CFP e Memória de Cálculo.

Do total de 2027 a 2029, R$ 4.426,3 milhões vêm da ampliação do efetivo (incluídos R$ 106,3 milhões da banca do concurso), R$ 1.786,9 milhões do modal hidroviário e das bases aéreas, R$ 119,6 milhões da aviação operacional, R$ 182,7 milhões das câmeras corporais, R$ 40,0 milhões da IFR (R$ 20 milhões por ano a partir de 2028), R$ 3,4 milhões de diárias e passagens da Corregedoria-Geral, R$ 614,7 milhões de tecnologia da informação e comunicações (DTIC) e R$ 122,0 milhões da inteligência (DINT). Tudo o que o novo policial precisa ter na posse é contratado no ano anterior ao ingresso: o investimento em equipamento permanente, viaturas e obras e o custeio de entrada (kit de uniformes, colete, EPI e munição do CFP). Por isso, 2027 já tem R$ 606,3 milhões para as turmas que tomam posse em 2028 (R$ 531,4 milhões de investimento e R$ 74,9 milhões de custeio) e R$ 101,1 milhões para a 1ª etapa do concurso, além de R$ 619,6 milhões das bases fluviais e aéreas, R$ 76,4 milhões da aviação, R$ 197,2 milhões de TIC (orçamento da DTIC) e R$ 25,6 milhões da inteligência. Pessoal, benefícios, formação e contratos de custeio começam em 2028, com o 1º ciclo do CFP. A reposição de vacâncias foi excluída, porque seria necessária mesmo sem a PEC. Cada novo policial custa R$ 272 mil por ano em regime pleno, sem contar a TIC, calculada à parte.

Em relação à versão anterior, com três CFPs e posses de 2027 a 2029 (R$ 6,9 bilhões no triênio), o Plano CFP desloca parte da despesa para 2030, mas o custo recorrente quase não muda. Com a antecipação, todo o investimento do novo efetivo fica dentro do triênio, e 2030 passa a ter só pessoal e custeio. A estimativa ainda não inclui a adequação do Segundo Polo nem a lotação do núcleo docente.

11 Memória de cálculo (Ofício 434)

Cada despesa está ligada ao dispositivo da PEC que a origina, como pede o Ofício. Os parâmetros de cada linha estão na planilha, aba Memória de Cálculo.

Memória de cálculo da inteligência: registrar, por item e por ano de 2027 a 2030, a quantidade incremental, a unidade de medida, o preço unitário, os meses de uso, o cronograma de implantação e a fonte do preço. Demonstrar o vínculo com as novas competências, a base atual excluída e eventuais sobreposições. Estimar separadamente o custo anual em regime pleno a partir de 2031.

Tabela 9 – Impacto por dispositivo da PEC (R$ milhões, preços de 2026)

Dispositivo	Despesa decorrente	Natureza	2027	2028	2029	Total
Art. 144, § 2º e § 2º-A: novas competências	Ampliação do efetivo: remuneração e encargos	Pessoal	–	319,0	1.226,7	1.545,7

#INTERNO

Dispositivo	Despesa decorrente	Natureza	2027	2028	2029	Total
Art. 144, § 2º e § 2º-A	Benefícios, CFP, kit de entrada, munição e contratos de custeio do novo efetivo	Custeio	74,9	431,8	756,5	1.263,2
Art. 144, § 2º e § 2º-A	Concurso público: contratação da banca organizadora (provas, avaliações e assessoria ao CFP)	Custeio	101,1	2,6	2,6	106,3
Art. 144, § 2º e § 2º-A	Equipamento permanente, viaturas e obras	Investimento	531,4	531,4	448,3	1.511,0
Art. 144, § 2º: hidrovias	Bases fluviais e aéreas: operação, diárias, manutenção, combustível, capacitação, uniformes e munição	Custeio	53,5	75,3	126,2	255,0
Art. 144, § 2º: hidrovias	Bases fluviais e aéreas: estrutura, embarcações, aeronaves e equipamentos	Investimento	566,1	520,0	445,8	1.531,9
Art. 144, § 2º e § 2º-A: apoio aéreo	Aviação operacional: recuperação de aeronaves, horas de voo e pilotos	Custeio	76,4	27,6	15,6	119,6
Art. 144, § 2º e § 2º-A	Câmeras corporais para o efetivo ampliado e as viaturas	Custeio	–	74,9	107,8	182,7
Art. 144, § 2º e § 2º-A	IFR: indenização pela flexibilização voluntária do repouso remunerado	Custeio	–	20,0	20,0	40,0
Art. 144, § 2º e § 2º-A	Corregedoria-Geral: diárias e passagens aéreas	Custeio	–	1,7	1,7	3,4
Art. 144, § 2º e § 2º-A	Tecnologia da informação e comunicações (DTIC)	Custeio	136,2	151,7	166,7	454,5
Art. 144, § 2º e § 2º-A	Tecnologia da informação e comunicações (DTIC)	Investimento	61,1	47,0	52,2	160,2
Art. 144, § 2º	Inteligência: operações, serviços, dados, licenças e capacitação	Custeio	5,4	6,4	9,1	20,9
Art. 144, § 2º	Inteligência: equipamentos e infraestrutura permanente	Investimento	20,2	22,3	24,6	67,1
Art. 144, § 2º	Inteligência: formação de agentes (R$ 39 mil por agente)	Custeio	–	17,0	17,0	34,0
Total			**1.626,1**	**2.248,6**	**3.420,9**	**7.295,6**

Dispositivos citados conforme a redação original do art. 144 na PEC 18/2025; conferir a numeração no texto aprovado pelo Senado. Diferenças de 0,1 por arredondamento. Para as linhas de inteligência, novas competências do art. 144, com dispositivo a conferir no texto final.

Ponto a demonstrar

O estudo atribui à PEC toda a ampliação de 13 mil policiais, com o argumento de que as novas frentes não podem esvaziar o policiamento rodoviário. Para atender ao item 4 do Ofício, a seção de lotação propõe a decomposição: 6.300 policiais para as novas competências (delegacias multimodais, bases fluviais e aéreas, emprego autorizado e inteligência) e 6.700 para recompor o policiamento rodoviário.

#INTERNO

Apesar dessa distribuição, o efetivo será mobilizado conforme a demanda, entre as novas competências e o policiamento rodoviário. A DIOP deve validar a proposta e indicar a parcela que corresponde a déficit atual, que precisa ser excluída ou justificada.

12 Impacto nos contratos e custos da PRF

Cada novo policial acrescenta R$ 56,3 mil por ano aos contratos de custeio e exige, no ano anterior à posse, R$ 116,2 mil de investimento e R$ 16,4 mil de custeio de entrada. Com o efetivo dobrado, isso soma R$ 732 milhões por ano em contratos a partir de 2031. Os parâmetros foram revistos em novembro de 2026 com base nos contratos vigentes, e foram incluídas duas despesas novas: Processamento Operacional e munição operacional. A tecnologia da informação e comunicações deixou de ser estimada por policial e passou a seguir o orçamento da DTIC (seção própria).

Tabela 10 – Custeio recorrente por grupo de contratos

Grupo	Contratos afetados	R$ por policial-ano	2031 (R$ mi)
Operação	Diárias e passagens, Processamento Operacional, munição de treino e operacional, armamento, uniformes, coletes, capacitação, exames	28.334	368,3
Frota	Combustível, manutenção de viaturas, telemetria e lavagem	12.533	162,9
Corporativo	Rateio de 15% para sede, sistemas e apoio	7.342	95,4
Imóveis	Locação, limpeza, energia e água, manutenção predial, vigilância	8.080	105,0
TIC	Orçamento da DTIC (seção própria): R$ 166,7 mi de custeio por ano a partir de 2030	por contrato	166,7
Inteligência	Operações, diárias e passagens; dados e licenças; suporte, manutenção e capacitação especializada	39.000 por agente (cerca de 1.300 agentes)	50,7
Total (sem TIC e sem inteligência)		**56.289**	**731,8**

As linhas de TIC e de inteligência são informativas: os valores entram pelas linhas próprias da DTIC e da DINT no orçamento.

Revisão de nov/2026: combustível a R$ 7,20/l com consumo de 6 km/l; manutenção de viatura de R$ 23 mil por ano; energia e água de R$ 15/m² por mês; vigilância de R$ 16 mil por posto, um a cada 120 policiais; colete com vida útil de 6 anos. Novas despesas: Processamento Operacional (R$ 7.500 por policial-ano: integração e controle operacional, contratos específicos e outras despesas da atividade finalística) e munição operacional (52 cartuchos por policial-ano). Telefonia móvel e satelital, rádio digital, licenças e suíte em nuvem passaram para o orçamento da DTIC. Limpeza e manutenção predial mantidas em R$ 12 e R$ 6 por m² por mês, o menor valor entre as referências avaliadas.

Custo único por novo policial, no ano anterior à posse: tudo é contratado um ano antes do ingresso, para que esteja pronto quando o policial tomar posse. Em investimento (GND 4, material permanente), são R$ 116,2 mil: equipamento de R$ 23,5 mil (pistola, meio fuzil, meio rádio e estação de trabalho), infraestrutura de R$ 29,4 mil (12 m² por policial, 70% em obra) e viatura de R$ 63,3 mil (R$ 380 mil, uma a cada 6 policiais, 2.167 no total). Em custeio (GND 3, material de consumo), são R$ 16,4 mil: kit de entrada de R$ 12,1 mil (3 kits de uniforme, colete e EPI) e munição do CFP de R$ 4,3 mil (907 cartuchos por aluno a R$ 4,50, ajustados pela margem de matrículas). No total, R$ 606 milhões em 2027, R$ 606 milhões em 2028 e R$ 512 milhões em 2029. A classificação do colete e das algemas como consumo deve ser confirmada pela DIAD. As obras precisam de licitação e projeto contratados com antecedência maior, de cerca de dois anos, ou de locação provisória.

#INTERNO

Dobrar o efetivo ultrapassa o limite de 25% de acréscimo nos contratos de combustível, manutenção de frota, vigilância e limpeza. Esses contratos precisarão de novas licitações, não só de aditivos, e devem constar no Plano de Contratações Anual. A reposição de vacâncias não gera custeio, viatura nem infraestrutura adicionais, porque esses já existem na base.

13 Componente hidroviário e bases aéreas

A DIOP revisou o componente: 14 bases fluviais, 7 fixas (marinas) e 7 móveis (tipo Arpão), e 5 bases aéreas com 2 helicópteros Bell 412, hangar, caminhão tanque abastecedor e equipamentos cada. As 7 bases fixas terão também estrutura de canil. O custo é de R$ 1.786,9 milhões no triênio, R$ 536,8 milhões em 2030 e R$ 218,9 milhões por ano de custeio a partir de 2031. As bases fluviais ficam no Norte (Tabatinga, Manaus, com uma base fixa e uma móvel, Santarém, Macapá, Belém, Guajará/Rio Branco e Porto Velho/Humaitá), no Centro-Oeste (Cáceres/Corumbá, Porto Murtinho e Palmas), no Sul (Guaíra e Foz do Iguaçu), no Nordeste (Petrolina) e no Sudeste (Ilha Solteira/Rosana). As bases aéreas ficam no AM, no PA, em RR, em RO/AC e em PR/MS.

Tabela 11 – Componente hidroviário e bases aéreas por grupo (R$ milhões)

Grupo	2027	2028	2029	Total 2027–2029	2030
Bases aéreas (R$ 197,5 mi cada: 2 aeronaves, hangar, caminhão tanque e equipamentos)	395,0	197,5	197,5	790,0	197,5
Bases fluviais, embarcações e veículos (bases fixas de R$ 13 mi sem o canil e móveis de R$ 15 mi, lanchas blindadas e de patrulha, balsas, rádio, câmeras, conversão do Caravan, canis das bases fixas)	126,6	242,9	170,1	539,5	96,0
Equipamentos coletivos (metralhadoras, drones, visão noturna e termal, mergulho)	19,7	19,6	18,3	57,7	21,7
Equipamentos individuais (colete e placa, carabinas, supressores, GPS, capacete)	24,8	59,9	59,9	144,6	2,7
Investimento (GND 4)	566,1	520,0	445,8	1.531,9	317,9
Capacitação, operação, diárias, manutenção naval, combustível, locação de lanchas e custeio dos canis	15,9	61,8	112,7	190,4	209,2
Uniformes, itens individuais e munição	37,7	13,5	13,5	64,7	9,8
Custeio (GND 3)	53,5	75,3	126,2	255,0	218,9
Total	**619,6**	**595,3**	**572,0**	**1.786,9**	**536,8**

Fonte: DIOP (nov/2026), planilha abas Premissas, Hidroviário, Bases Fluviais e Bases aéreas. Lancha blindada de R$ 4,67 milhões (referência: lanchas da PF, US$ 850 mil, 2020); custeio de R$ 4,5 milhões por base fixa e R$ 5,5 milhões de diárias e passagens por base móvel (equipes de 20 policiais por 20 dias). As 3 balsas tanque de 2030 (R$ 5,4 milhões) foram somadas ao total da DIOP. Base aérea: aeronaves de US$ 32 milhões, com o dólar ajustado para R$ 5,957 para conciliar com o custo total de R$ 199,5 milhões informado pela DIOP; a capacitação da tripulação (R$ 2 milhões por base) saiu da base e fica no treinamento de pilotos da aviação operacional, como custeio.

Cada base fixa terá alojamentos, sala de inteligência, salas administrativas, auditório para 40 pessoas, canil com 3 baias e área verde para cães, garagem para 10 viaturas, heliponto, cofre, depósito, copa, área de descompressão, píer e pátio coberto para até 3 embarcações. Só as 7 bases fixas terão canil. A estrutura custa R$ 1 milhão por base no ano de implantação (R$ 7 milhões), valor que sai do custo de R$ 14 milhões informado pela DIOP, que passa a R$ 13 milhões por base sem o

#INTERNO

canil. O custeio é de R$ 200 mil por ano por base fixa em operação a partir de 2028 (R$ 1,4 milhão por ano com as 7 bases).

Cada base fixa conta com cerca de 60 policiais e cada móvel com 80, em equipes de 15 a 20, retirados do efetivo da expansão, sem folha adicional. As primeiras bases, em 2027, precisarão de policiais atuais remanejados, porque os novos só tomam posse a partir de 2028. Estão previstos 700 policiais capacitados em operações fluviais (45 dias, R$ 37,5 mil cada) e em condução náutica.

Pontos a confirmar com a DIOP: o custeio por base (R$ 4,5 milhões, contra R$ 6,8 milhões apurados na Base Arpão pelo Relatório Senasp/CNM, de junho de 2022); a compra de 3 milhões de cartuchos com elos em 2027 (R$ 31,5 milhões); a relação entre as bases aéreas e a recuperação das 3 aeronaves acidentadas (seção seguinte); e o cronograma das bases, porque a aba Premissas da DIOP indica 2, 4 e 4 bases por ano, enquanto a aba Hidroviário prevê 4, 6 e 3.

14 Aviação operacional

A aviação é condição para exercer as novas competências: apoio às operações em hidrovias e ferrovias, resposta a calamidades e atuação em áreas remotas. A PRF tem 3 aeronaves acidentadas; sem recuperá-las, seria preciso locar ou comprar aeronaves. A recuperação custa cerca de R$ 18 milhões por aeronave, em 2027, e é a alternativa mais barata: a locação de um helicóptero leve custa cerca de R$ 14,8 milhões por ano (referência: Contrato PF nº 26/2026). As 5 bases aéreas com aeronaves novas estão no componente anterior; esta seção trata da recuperação da frota existente, das horas de voo e da formação de pilotos.

Tabela 12 – Aviação operacional (R$ milhões)

Item	2027	2028	2029	2030	2031
Recuperação de 3 aeronaves (R$ 18 mi cada)	54,0	–	–	–	–
Horas de voo (800 h em 2027; 1.200 h/ano depois; R$ 13 mil/h)	10,4	15,6	15,6	15,6	15,6
Treinamento de 60 pilotos (R$ 400 mil cada), inclusive as tripulações das 5 bases aéreas	12,0	12,0	–	–	–
Total	**76,4**	**27,6**	**15,6**	**15,6**	**15,6**

Despesas classificadas como custeio. O treinamento dos 60 pilotos é a linha geral de capacitação e cobre as tripulações das bases aéreas (comandantes, copilotos e operadores aerotáticos), que não têm custo de capacitação próprio. A recuperação foi tratada como manutenção corretiva; se for revitalização que amplia a vida útil, passa a investimento (confirmar com a DIAD). Se a recuperação passar de alguns meses, as horas de 2027 devem ser reduzidas.

15 Câmeras corporais

O efetivo ampliado e a frota usarão câmeras corporais, por contrato de serviço: R$ 600 por policial por mês, aplicados aos novos policiais em exercício em cada ano, e R$ 21 mil por viatura por ano, para cerca de 3.000 viaturas a partir de 2028. O custo é de R$ 182,7 milhões no triênio e de R$ 156,6 milhões por ano a partir de 2031.

#INTERNO

Tabela 13 – Câmeras corporais (R$ milhões)

Item	2027	2028	2029	2030	2031
Novos policiais (R$ 600 por mês; 1.651, 6.222, 10.734 e 13.000 policiais-ano)	–	11,9	44,8	77,3	93,6
Viaturas (3.000 × R$ 21 mil por ano)	–	63,0	63,0	63,0	63,0
Total	**–**	**74,9**	**107,8**	**140,3**	**156,6**

Despesa de custeio (GND 3), tratada como serviço contínuo. O valor por viatura foi considerado anual.

16 Tecnologia da informação e comunicações (DTIC)

A DTIC informou o orçamento de seus contratos e aquisições para 2027, 2028 e 2029, projetado por proporcionalidade ao número de unidades (455, 475 e 500), ao efetivo (17, 22 e 26 mil) e à frota. O estudo considera a planilha da DTIC como um todo, por exercício: R$ 197,2 milhões em 2027, R$ 198,7 milhões em 2028 e R$ 218,9 milhões em 2029, ou R$ 614,7 milhões no triênio. A coluna de 2026 serve só de referência e não é descontada. Para 2030 e 2031, o custeio repete o patamar de 2029; a DTIC não projetou investimento após 2029.

Tabela 14 – Tecnologia da informação e comunicações por grupo (R$ milhões)

Grupo	2027	2028	2029	Total 2027–2029	2030 e 2031
Contratos de TI (nuvem, Workspace, fábrica de software, ciência de dados, SOC, suporte, licenças, cotas regionais)	112,0	124,1	135,4	371,5	135,4
Telecomunicações (MPLS, cotas regionais, manutenção de rádio e torres)	17,9	19,6	21,2	58,8	21,2
Deslocamentos da DTIC	3,1	4,0	5,4	12,4	5,4
Internet satelital das regionais	2,8	3,6	4,2	10,6	4,2
Capacitação em TIC	0,3	0,4	0,5	1,2	0,5
Custeio (GND 3)	136,2	151,7	166,7	454,5	166,7
Equipamentos: desktops, notebooks, cabeamento, materiais permanentes e ERBs	17,6	20,5	23,7	61,7	–
Infraestrutura: storage, backup, firewall, switches, balanceador, wi-fi e terminais	43,5	26,5	28,5	98,5	–
Investimento (GND 4)	61,1	47,0	52,2	160,2	–
Total	**197,2**	**198,7**	**218,9**	**614,7**	**166,7**

Fonte: Orçamento DTIC 2026 — Gabinete (planilha interna, nov/2026); detalhamento por contrato na aba DTIC da planilha. Diferenças de 0,1 por arredondamento.

Para não contar a mesma despesa duas vezes, as estimativas de TIC por policial (rádio digital, telefonia móvel e satelital, licenças e suíte em nuvem) saíram da tabela de contratos. Dois pontos dependem da DTIC: a DTIC projetou o efetivo à frente do Plano CFP (17 mil já em 2027), e os valores incluem o orçamento atual da área, não só o acréscimo da expansão, o que precisa estar justificado diante do item 4 do Ofício 434. Falta verificar a sobreposição entre desktops, notebooks e terminais da DTIC e a estação de trabalho e o rádio portátil do kit individual.

#INTERNO

17 Impactos nas capacitações da PRF

A formação de 13 mil policiais vai consumir a maior parte da capacidade docente da PRF entre 2028 e 2030. Ao mesmo tempo, a instituição precisa formar centenas de gestores, fiscais de contratos e agentes de contratação para operar uma estrutura duas vezes maior.

Concorrência pelos instrutores

Cada janela do Plano CFP (1.600 alunos na ANPRF e no Segundo Polo) demanda cerca de 88 mil horas-aula de instrutores, três vezes por ano, o equivalente ao limite anual de GECC de cerca de 366 instrutores (240 horas cada). Por isso o plano propõe um núcleo de cerca de 265 instrutores dedicados, com aulas na jornada regular. Esses instrutores são, em grande parte, os mesmos que conduzem a capacitação continuada do efetivo atual: reciclagem de tiro, direção operacional, abordagem, atendimento pré-hospitalar e cursos de especialização.

Sem planejamento, o calendário regular da Academia Nacional da PRF (ANPRF) será interrompido de 2028 a 2030. Isso afeta a qualificação do efetivo atual e os requisitos de progressão que dependem de capacitação.

- Priorizar o plano anual de capacitação: manter os cursos obrigatórios e de segurança (tiro, direção, APH) e adiar os demais de 2028 a 2030.
- Migrar conteúdos teóricos para EaD, liberando instrutores presenciais para as disciplinas práticas.
- Formar o núcleo docente dedicado e ampliar o banco de instrutores complementares (CFI em 2027) antes do 1º ciclo.
- Usar escolas de governo e parcerias (ENAP, Escola Virtual.Gov, ANP/PF, academias estaduais) para cursos de gestão e conteúdos transversais.
- Distribuir a carga docente entre as UFs para não concentrar a retirada de policiais da operação.

Novas capacitações exigidas pela ampliação do quadro

Dobrar o efetivo amplia unidades, contratos, frota e patrimônio. Cada um exige servidores capacitados em funções de gestão e de apoio que hoje estão dimensionadas para 13 mil policiais.

Tabela 15 – Públicos e capacitações decorrentes da ampliação do efetivo

Público	Por que cresce	Dimensionamento	Capacitação necessária	Área líder
Chefias e supervisores de equipe	Novas unidades, equipes e bases	650 a 870 novos (1 para cada 15 a 20 novos policiais)	Gestão e liderança, gestão de equipes, avaliação de desempenho	ANPRF, DGP
Avaliadores do estágio probatório	13 mil servidores em estágio probatório de 3 anos	Todas as chefias imediatas dos novos policiais	Avaliação de estágio probatório e de desempenho	DGP
Gestores e fiscais de contratos	Novas licitações de custeio, polos, bases e obras	Contratos novos × 3 funções (gestor, fiscal técnico e administrativo) × titular e suplente	Gestão e fiscalização de contratos (Lei 14.133/2021, arts. 7º e 117)	DIAD
Agentes de contratação, pregoeiros e equipes de apoio	Contratos acima do limite de 25% exigem novas licitações	Conforme o Plano de Contratações Anual	Licitações e pregão eletrônico, ETP, termo de referência, gestão de riscos	DIAD

#INTERNO

Público	Por que cresce	Dimensionamento	Capacitação necessária	Área líder
Gestão de frota, patrimônio, armamento e munição	2.167 viaturas, 13 mil kits, produtos controlados	Responsáveis por unidade de guarda e por frota	Gestão patrimonial, de frota e de material bélico; controle de produtos controlados	DIAD, DIOP
Gestão de pessoas e folha	Posse, cadastro e lotação de 13 mil servidores	Equipes da DGP e das superintendências	Sistemas de pessoal, cadastro e folha	DGP
Instrutores e coordenadores do CFP	ANPRF e Segundo Polo em paralelo, 3 janelas por ano	Núcleo de cerca de 265 instrutores dedicados, instrutores complementares e 2 coordenações pedagógicas	Formação de formadores, didática, avaliação de aprendizagem	ANPRF
Pilotos	Recomposição da aviação operacional	60 pilotos, inclusive as tripulações das 5 bases aéreas (já incluídos no orçamento)	Formação e habilitação de pilotos	DIOP, ANPRF
Efetivo de inteligência	Expansão territorial, novos modais e aumento das demandas de conhecimento e proteção	Vagas por função e unidade, carga horária e instrutores a definir pela área	Formação e atualização em inteligência; análise e produção de conhecimento; operações de inteligência; contrainteligência; ferramentas analíticas; segurança da informação	Área de inteligência e ANPRF
Policiais dos novos modais	Bases fluviais e futuro modal ferroviário	700 policiais nas bases fluviais (operações fluviais e condução náutica)	Habilitação náutica (Marinha), doutrina fluvial e ferroviária	ANPRF, DIOP

A razão de uma chefia para cada 15 a 20 novos policiais é premissa a validar com a DGP e a DIOP; os demais quantitativos dependem do Plano de Contratações Anual e do desenho das unidades.

Implicações para o orçamento e o PDP

O orçamento já inclui R$ 1,5 mil por policial-ano de capacitação continuada para o novo efetivo e o custo da instrutoria do curso de formação. Não inclui as capacitações de gestão e de contratações listadas acima.

A maior parte delas pode ser feita com escolas de governo gratuitas e instrutoria interna. O custo residual (GECC, diárias e cursos contratados) deve ser estimado com a ANPRF e incluído no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (Decreto 9.991/2019) de 2027 a 2030. A capacitação de gestores, fiscais e pregoeiros deve começar em 2027, antes do 1º ciclo, porque as contratações do projeto precedem a chegada dos novos policiais.

Para a capacitação de inteligência, estimar turmas × alunos × custo por aluno, acrescido de instrutoria, diárias, passagens, materiais e licenças necessárias. Prever formação a partir de 2028 e atualização anual no PDP. Descontar a parcela já coberta pelos R$ 1,5 mil por policial-ano e por outras ações; eventual cooperação com escolas parceiras não deve ser tratada como gratuidade de todo o custo.

#INTERNO

18 Conclusão

A PEC nº 18/2025 transforma a PRF em força policial multimodal da União, com o policiamento ostensivo das ferrovias e hidrovias federais e a atuação em calamidades públicas, na proteção de bens, serviços e instalações federais e no apoio aos Estados e ao Distrito Federal. Essas competências só se tornam realidade com a ampliação do efetivo: a PRF já opera abaixo do efetivo recomendado pelo TCU para as rodovias e não pode assumir novos territórios sem reduzir a segurança das estradas federais.

O projeto propõe ampliar o efetivo de 13 mil para 26 mil policiais até o fim de 2030, com impacto estimado de R$ 7,30 bilhões nos três primeiros exercícios (2027 a 2029), R$ 4,07 bilhões em 2030 e R$ 4,23 bilhões por ano a partir de 2031, a preços de 2026. O cálculo segue o critério do Ofício Circular nº 434/2026/SE/MJ: inclui apenas despesas que decorrem diretamente da PEC, com memória de cálculo por dispositivo, natureza e exercício, e exclui a reposição de vacâncias e o custo do efetivo atual.

A PRF tem capacidade para executar o projeto: o Plano CFP forma os novos policiais em nove ciclos, as aquisições de cada turma são contratadas no ano anterior à posse, e a governança do Projeto Estratégico coordena as diretorias. Recomenda-se aprovar a estimativa como base da resposta ao MJSP e da inclusão das despesas na LOA, no Anexo V e no PPA 2028–2031, e encaminhar o pedido de autorização do concurso, de modo a permitir o início do primeiro ciclo de formação em janeiro de 2028.

#INTERNO